

**PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS E FINANCEIROS
PARA O EXERCÍCIO DE 2011
(art. 14, § 1º, LRF)**

INTRODUÇÃO

Atendendo determinações do § 6º do art. 165 da Carta Magna da Republica Federativa do Brasil, em consonância com o inciso II do art. 5º e do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, a projeção da Renúncia de Receitas de Origem da concessão de benefícios creditícios e financeiros pelo Governo do Distrito Federal para o exercício de 2011, que acompanha o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011, cuja metodologia observou o seguinte:

- a. base a dotação autorizada (Lei mais Créditos para o exercício de 2010);
- b. os valores foram projetados para 2011 e 2012, com base no IGPCA;
- c. na Projeção foi observado as especificidades de cada um dos fundos; e
- d. a Taxa de Juros de mercado é na ordem de 13,22%aa (Fonte BACEN);

No art. 2º da Portaria STN nº 379, de 13 de novembro de 2006, o Governo Federal disciplinou a metodologia de cálculo para a elaboração do demonstrativo de “Benefícios Financeiro e Creditícios Regionalizados”, que diz:

“Art. 2o Para efeito desta Portaria, considera-se:

I - benefícios ou subsídios financeiros, os desembolsos efetivos realizados por meio das equalizações de juros e preços, bem como a assunção das dívidas decorrentes de saldos de obrigações de responsabilidade do Tesouro Nacional, cujos valores constam do orçamento da União;

II - benefícios ou subsídios creditícios são os gastos decorrentes de programas oficiais de crédito, operacionalizados por meio de fundos ou programas, à taxa de juros inferior ao custo de captação do Governo Federal.”

À elaboração do Demonstrativo de “Benefícios Financeiros e Creditícios Regionalizados”, a metodologia de cálculo que está disciplinada no art. 3º da mencionada portaria, observou-se.

PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITAS PARA 2011:

1) BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS:

No âmbito do Governo do Distrito Federal, o gasto com benefícios creditícios tem origem nos quatro fundos, abaixo identificados, os quais tornam os recursos mais acessíveis para os beneficiários de determinados segmentos da economia com taxas de juros subsidiadas.

I) O **Fundo de Aval do Distrito Federal – FADF**, vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, criado pela Lei nº 2.652, de 27 de dezembro de 2000, regulamentado pelo Decreto nº 22.024, de 22 de março de 2001, é a Unidade responsável pela concessão de garantias complementares a micro e mini produtores rurais, necessárias a contratação de financiamentos junto a instituições financeiras que operam com Crédito Rural.

Considerando que a Unidade não concedeu avais como garantias complementares, nos últimos exercícios, e, que até presente data não houve execução apesar da disponibilidade

orçamentária na ordem de R\$ 212.497,00 (duzentos e doze mil, quatrocentos e noventa e sete reais), portanto não possui uma série histórica para subsidiar uma análise mais acurada, outro fator de dificuldade é que a remuneração pela concessão de aval é da ordem de 2%, 3% e 5% para a concessão de aval para operações contratadas até 24 meses, de 24 meses e 1 dia a 36 meses e mais de 36 meses, respectivamente.

II) O **Fundo de Desenvolvimento Rural – FDR**, também vinculado à Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, criado pela Lei nº 2.653, de 27 de dezembro de 2000, regulamentado pelo Decreto nº 22.023, de 22 de março de 2001, é a Unidade responsável por financiar despesas com investimentos e custeio com juros subsidiados, para agricultores da área rural do Distrito Federal e da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno nos programas PRÓ-RURAL/DF e RIDE.

III) O **Fundo de Geração de Emprego e Renda do Distrito Federal – FUNGER**, unidade vinculada a Secretaria de Estado de Trabalho, criado pela Lei Complementar nº 704, de 18 de janeiro de 2005, alterada pela Lei Complementar nº 709, de 4 de agosto de 2005, regulamentado pelo Decreto nº 25.745, de 11 de abril de 2005, é a Unidade responsável por conceder empréstimos e financiamentos a micro e pequenos empreendedores econômicos formais e informais, urbanos e rurais, por meio de crédito para Capital de Giro, custeio e investimento.

IV) O **Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal – FUNDEFÉ**, vinculado a Secretaria de Estado de Fazenda, foi criado pelo Decreto-Lei nº 82, de 26 de dezembro de 1966, alterada pela Lei nº 79, de 29 de dezembro de 1989, regulamentado pelo Decreto nº 22.833, de 2 de abril de 2002, é a Unidade responsável por conceder apoio financeiro a projetos selecionados. O programa utiliza a estrutura do Banco de Brasília como agente financeiro, concedendo financiamentos ou empréstimos para o setor privado nos termos do Decreto nº 14.683, de 27 de abril, de 1993.

a) CUSTO DOS BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS:

O quadro a seguir demonstra o custo dos recursos alocados para os benefícios creditícios:

PROGRAMA	DOTAÇÃO AUTORIZADA 2010	Tx. Jrs. Mercado	Tx. Jrs. Fundo	Custo de Oportunidade	Total por Unidade
FUNDO DE AVAL (*)	212.497	0,1322	0,03	1,1022	237.997
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	5.875.389	0,1322	0,04	1,0922	6.345.420
FUNDO DE GERAÇÃO EMPREGO E RENDA (*)	844.000	0,1322	0,05	1,0822	903.080
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DF	46.969.061	0,1322	0,02	1,1122	51.665.967
T O T A I S	53.900.947				59.152.464

(*) Taxa média de Juros do Fundo.

b) REGIONALIZAÇÃO:

A regionalização desses recursos no Distrito Federal, esta representada no quadro a seguir:

REGIONALIZAÇÃO								
LOCALIDADE	FADF		FDRDF		FUNGER		FUNDEFE	
	QUANTIA	VALORES	QUANTIA	VALORES	QUANTIA	VALORES	QUANTIA	VALORES
Plano Piloto	0	0	-	0	12	45.872	-	5.037.878
Gama	0	0	256	1.315.235	15	33.844	-	2.142.579
Taguatinga	0	0	-	0	9	17.399	-	6.283.633
Brazlândia	0	0	9	47.837	11	26.367	-	91.244
Sobradinho	0	0	-	0	15	39.765	-	6.810.827
Planaltina	0	0	164	754.270	9	12.859	-	221.258
Paranoá	0	0	12	147.235	10	23.544	-	6.890.487
Núcleo Bandeirante	0	0	-	0	5	11.998	-	707.572
Ceilândia	0	0	25	235.123	9	29.295	-	6.980.371
Guará	0	0	-	0	8	20.824	-	2.198.233
Cruzeiro	0	0	-	0	7	16.853	-	1.157.935
Samambaia	0	0	13	133.213	16	39.211	-	1.964.399
Santa Maria	0	0	6	98.653	6	18.268	-	5.551.250
São Sebastião	0	0	5	83.540	5	13.862	-	5.628.301
Recanto das Emas	0	0	5	89.302	7	24.178	-	0
Riacho Fundo	0	0	26	265.425	8	18.239	-	0
Candangolândia	0	0	-	0	3	16.686	-	0
Lago Sul	0	0	-	0	-	0	-	0
Águas Claras	0	0	-	0	-	0	-	0
Park Way	0	0	15	146.270	7	21.952	-	0
Distrito Federal	0	237.997	498	3.029.317	56	472.064	86	0
TOTAIS	0	237.997	1.034	6.345.420	218	903.080	86	51.665.967

O quadro abaixo mostra que o volume da renúncia de receitas previstas e mostra preliminarmente que a pesar da subjetividade e a diversidade de concepções na discussão teórica, que setores da sociedade distrital são beneficiados permitindo retorno, tais como: geração de empregos e renda.

c) DISTRIBUIÇÃO DOS RECURSOS POR SETOR BENEFICIADO:

SETOR BENEFICIADO	FADF	FDR	FUNGER	FUNDEFE
Indústria		0	0	7.233.235
Comércio		0	451.540	29.449.601
Serviços		0	270.924	14.983.130
Agropecuária	237.997	6.345.420	90.308	0
Produção de Bens		0	90.308	0
TOTAL	237.997	6.345.420	903.080	51.665.967

d) PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE BENEFÍCIOS CREDITÍCIOS – 2010 a 2012

em R\$ 1,00			
ANO	2010	2011	2012
IPCA	0	1,0489	1,0451
FUNDO DE AVAL	237.997	249.635	260.893
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL	6.345.420	6.655.711	6.955.884
FUNDO DE GERAÇÃO EMPREGO E RENDA	903.080	947.241	989.961
FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO DF	51.665.967	54.192.433	56.636.512
T O T A I S	59.152.464	62.045.019	64.843.250

e) OUTROS:

Com relação ao Fundo de Aval do Distrito Federal o comportamento orçamentário desde sua criação, apresenta-se da seguinte forma:

ANO	LEI	CANCELAMENTO	SUPLEMENTAÇÃO	EMPENHO	DISPONÍVEL
2001	0	0	0	0	0
2002	47.000	0	0	0	47.000
2003	47.000	0	10.000	0	57.000
2004	105.000	60.000	0	0	45.000
2005	106.040	60.000	0	0	46.040
2006	40.230	0	0	0	40.230
2007	50.000	0	0	0	50.000
2008	60.269	0	0	0	60.269
2009	66.948	0	0	0	66.948
2010 (*)	86.964	0	125.533	0	212.497

(*) Posição 14/05/2010.

2) BENEFÍCIOS FINANCEIROS:

a) BENEFÍCIOS SOCIAIS:

É importante notar que parte dos benefícios tributários enquadra-se no conceito de “Benefícios Sociais”, pois o conceito de gasto tributário não detém a clareza necessária para um entendimento uniforme e consistente. A própria LRF, nos capítulos III e IV, que tratam respectivamente da receita e da despesa pública dá margem a varias interpretações. As ações Sociais estão alocadas na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e assim distribuídas:

AÇÕES	VALOR
BOLSA SOCIAL	27.592.000
BOLSA ESCOLA	42.074.000
BOLSA ALFABETIZAÇÃO	627.000
ISENÇÃO DE TARIFAS PÚBLICAS	2.032.000
CESTA VERDE	6.384.000
NOSSO PÃO	10.708.000
RESTAURANTE COMUNITÁRIO	15.824.000
BOLSA UNIVERSITÁRIA	13.377.668
NOSSO LEITE	22.660.000
T O T A I S	141.278.668

OBS: Os valores correspondem a Dotação Autorizada, posição 13 de maio de 2010

b) PROJEÇÃO DA RENÚNCIA DE BENEFÍCIOS FINANCEIROS – 2010 a 2012

Valores correntes em R\$ 1,00			
FUNDO	2010	2011	2012
IGPCA	0	1,0489	1,0451
BOLSA SOCIAL	27.592.000	28.941.249	30.246.499
BOLSA ESCOLA	42.074.000	44.131.419	46.121.746
BOLSA ALFABETIZAÇÃO	627.000	657.660	687.321
ISENÇÃO DE TARIFAS PÚBLICAS	2.032.000	2.131.365	2.227.489
CESTA VERDE	6.384.000	6.696.178	6.998.175
NOSSO PÃO	10.708.000	11.231.621	11.738.167
RESTAURANTE COMUNITÁRIO	15.824.000	16.597.794	17.346.354
BOLSA UNIVERSITÁRIA	13.377.668	14.031.836	14.664.672
NOSSO LEITE	22.660.000	23.768.074	24.840.014
T O T A I S	141.278.668	148.187.195	154.870.437

OBS: Os valores correspondem a Dotação autorizada na execução da LOA 2010

Brasília/DF, em 15 de maio de 2010.